

## O currículo escolar do ensino primário nas décadas de 1930 e 1940 no Paraná: características pedagógicas

### The school curriculum of primary education in the 1930's and 1940's in Paraná: pedagogical characteristics

DOI:10.34117/bjdv8n5-020

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

#### **Vilson Jaques de Oliveira**

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do oeste do Paraná, Campos de Francisco Beltrão. Bolsista do programa Universidade sem Fronteiras da Universidade Estadual do oeste do Paraná (UNIOESTE)

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Endereço: R. Universitária, 1619 - Universitário, Cascavel - PR, CEP: 85819-110

E-mail: vilsonpegdago@gmail.com

#### **André Paulo Castanha**

Pós-doutor na área de Filosofia e História da Educação pela UNICAMP

Instituição: Universidade Estadual de Campinas

Endereço: Cidade Universitária Zeferino Vaz - Barão Geraldo, Campinas - SP

CEP: 13083-970

E-mail: andrecastanha66@gmail.com

#### **RESUMO**

O texto analisa os currículos escolares paranaense, contidos no Programa de Ensino dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado, ambos de 1932 e na Lei Orgânica do Ensino Primário do Paraná de 1946. Na análise buscamos identificar a influência das pedagogias Tradicional e Nova nos respectivos documentos. A partir de vários elementos presentes nos documentos e amparados em bibliografias de referência, concluímos que nos documentos de 1932 havia uma clara opção pelos fundamentos da pedagogia Tradicional, enquanto no documento de 1946, já havia uma superioridade dos princípios da pedagogia Nova.

**Palavras-chave:** história da educação do paraná, escola tradicional, escola nova, política educacional.

#### **ABSTRACT**

The text analyzes the school curricula of Paraná, contained in the Teaching Program of School Groups and Isolated Schools of the State, both 1932 and in the Organic Law of Primary Education of Paraná of 1946. In the analysis, we seek to identify the influence of Traditional and New in the respective documents. From several elements present in the documents and supported by reference bibliographies, we concluded that in the documents of 1932 there was a clear option for the foundations of Traditional pedagogy, while in the document of 1946, there was already a superiority of the principles of the New pedagogy.

**Keywords:** history of education in paraná, traditional school, new school, educational policy.

## 1 INTRODU O

O objetivo deste artigo é analisar as bases e princípios orientadores do currículo escolar do ensino primário adotado pelo Estado do Paraná nas décadas de 1930 e 1940. É importante lembrar que dois modelos pedagógicos diferentes disputavam espaço para impor suas concep es pedagógicas nos currículos escolares na época, a pedagogia Tradicional e a Nova.

No início do século XX era forte o predomínio da Pedagogia Tradicional na educa o paranaense, depois da década de 1920, o movimento da Pedagogia Nova começou a ocupar espaço nas discussões sobre os currículos escolares, direcionados para as escolas do Estado.

A nível nacional foi grande a disputa entre as duas pedagogias pela defini o dos princípios norteadores dos currículos escolares. No Paraná esse debate também foi consistente, mas se deu mais tarde, mais para o final da década de 1930 e início da de 1940.

O currículo contido no Regimento Interno dos Grupos Escolares do Paraná e no Programa das Escolas Isoladas de Instru o Primária do Estado, ambos de 1932, apresentava fortes características da Pedagogia Tradicional.

Segundo Saviani (2008), na década de 1930 ocorria um equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova a nível nacional. No Paraná, a hegemonia da Pedagogia Tradicional ainda era evidente no início da década, isso garantiu expressiva presença nos currículos escolares direcionados para os grupos escolares e para as escolas isoladas no Estado, conforme evidenciado nos programas das escolas isoladas e grupos escolares de 1932.

Contudo, ainda no final da década de 1930, a Pedagogia Nova já tinha avançado e conquistado espaço significativo nas discussões referentes à educa o no Estado. Na década de 1940, a Pedagogia Tradicional perdeu terreno na disputa com a Pedagogia Nova, pois a Lei Orgânica do Ensino Primário do Paraná, de 1946, expressou o predomínio da Pedagogia Nova na proposta curricular.

Para demonstrar essas disputas e as bases curriculares, organizamos o texto em dois t picos, no primeiro tratamos dos embates entre as pedagogias Tradicional e Nova a

partir da década de 1920, no segundo procuramos evidenciar a presença dessas pedagogias nos currículos escolares do Paraná nas décadas de 1930 e 1940.

## 2 A PEDAGOGIA TRADICIONAL E A PEDAGOGIA NOVA NO PARANÁ

No início do século XX ocorreram debates entre os intelectuais paranaenses para definir o currículo escolar, o modelo de educação que seria ofertado a população e tentar reduzir o analfabetismo que tomava conta da população do Estado, para isso, apoiaram-se “na legislação que introduzia a obrigatoriedade do ensino primário” (SOUSA, 2012, p. 5).

Os principais fatores presentes nos relatórios, que justificavam a dificuldade em difundir o ensino primário no Estado era “a falta de casas escolares, de móveis adequados, de professores formados e de material para o ensino” (PORTELA, 2014, p. 55). Com o objetivo de combater o analfabetismo no Paraná foram construídos os primeiros grupos escolares, que era a “reunião de sala ou escolas combinadas” conforme as prescrições do Código de Ensino de 1917 (2014, p. 64).

O problema do analfabetismo e da falta de professores era grave, e os intelectuais percebiam a necessidade urgente de tomar medidas para, pelo menos, amenizar a situação. Havia uma discussão a nível nacional, sobre o combate ao analfabetismo no país, São Paulo era um dos Estados mais desenvolvidos em termos de uma educação modernizada, com avanços significativos para aquele contexto, neste sentido, um grupo de professores paranaenses foi até São Paulo para conhecer o funcionamento da educação naquele Estado, conforme indicaram Miguel e Vieira (2005) e Portela (2014).

Segundo Portela, o

envio de professores em missão ao estado de São Paulo tinha por objetivo, ao que tudo indica, formar escolas-modelo para serem reproduzidas nas diversas regiões do Estado. No Paraná, além da uniformização do ensino, fatores como a formação dos professores continuaram em pauta nos relatórios de instrução pública até meados do século XX (2014, p. 57).

A partir do estudo realizado pelos professores, o Inspetor Geral da Instituição Pública no Paraná, professor Prieto Martinez,

promoveu a reforma do programa do ensino primário, a separação da Escola Normal do Ginásio, a reorganização das escolas primárias em núcleos com maior índice de população, a adoção de uniformes pelos alunos, bem como de livros didáticos pelas escolas, a permissão para a transferência de professores somente em período de férias e, além disso, fez o acompanhamento da implantação de tais medidas, pessoalmente (MIGUEL; VIEIRA, 2005, p. 4).

As discussões a nível nacional envolviam duas grandes linhas de pensamento, a pedagogia Tradicional defendida pelos intelectuais da Igreja Católica e a pedagogia Nova, defendida pelos liberais escolanovistas. Estes dois grupos debatiam e disputavam espaços para impor diferentes propostas para a elaboração dos currículos escolares.

No início do século XX, a Pedagogia Tradicional iniciou um período de declínio no Brasil, como mostra Saviani (2008). Na leitura de Gramsci, em um âmbito mais amplo, este fenômeno ocorreu juntamente com o processo de modernização social, foi a mudança da escola na formação dos intelectuais, pelo fato de que, em um processo crescente as ciências se mesclaram com a vida. Neste sentido, foram criadas diferentes especialidades dentro da escola, cada grupo buscou sistematizar o conhecimento para formar “intelectuais especialistas de níveis mais elevado, que ensinem nestas escolas” (GRAMSCI, 2001, p. 32).

Conforme enfatizou Gramsci, esta problemática resultou na crise da escola Tradicional. Ocorreu uma enorme confusão nos princípios educativos, que até então eram hegemônicos. As transformações sociais surpreenderam a escola Tradicional que não estava preparada para atender as exigências que as mudanças na sociedade apresentavam. Era necessário se diversificar e ao mesmo tempo se especificar, conseqüentemente, a escola Tradicional se desestruturou, ocasionando uma ruptura na pedagogia Tradicional, com o seu modelo original de formação de intelectuais. De suas características primárias restou “apenas um seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em preparar-se para um futuro profissional” e grande parte transformou-se em “escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados” (GRAMSCI, 2001, p. 33).

Segundo Saviani, a nível de Brasil, a decadência da pedagogia Tradicional foi visível, “especialmente a partir da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924”. Inicialmente a associação foi composta por intelectuais defensores da pedagogia Tradicional, assim como, da pedagogia Nova, mas no decorrer, os escolanovistas tornaram-se hegemônicos na instituição (SAVIANI, 2008, p. 177).

Já na década de 1920 foram realizados Congressos Nacionais de Educação, com intensos debates na defesa de interesses de ambos os lados. Os católicos buscavam, “por todos os meios, bloquear as possibilidades de disseminação das pedagogias libertárias” (Ghiraldelli, 2003, p. 55). Ao mesmo tempo possibilitavam uma certa abertura à Pedagogia Nova, em prol do “desenvolvimento de um escolanovismo católico” (Ghiraldelli, 2003, p. 57).

Souza relatou que por meio destes congressos, o paranaense, professor Raul Gomes, “iniciou uma relação estreita com os principais mentores da educação brasileira das décadas de 20 e 30, particularmente, Fernando de Azevedo” (2012, p. 7). O objetivo era trazer ao Paraná um modelo de educação que superasse aquele ultrapassado sistema que ainda se baseava nas técnicas de repetição e na imposição de castigos físicos e morais aos alunos. O objetivo era formular um currículo escolar com novas características, como veremos no próximo tópico, isto só foi possível na década de 1940.

Portela enfatizou que a busca por um modelo educacional novo, moderno, para o estado do Paraná, “tinha a finalidade de combater a ineficiente leitura e escrita, as insatisfatórias noções de cálculos, resultado de uma valorização excessiva de repetição”, de um currículo escolar Tradicional (2014, p. 59).

Foram vários os intelectuais que se esforçaram para implementar na educação paranaense uma pedagogia nova, que entendesse as diferentes formas de aprender, dos alunos, com base no conhecimento da psicologia, de acordo com as características da criança, algo mais flexível, (PORTELA 2014).

Conforme indicaram Miguel e Vieira (2005), o modelo de Escola Nova no Paraná teve características genéricas. Como o Estado passava por um processo de colonização e ocupação de terras, na perspectiva privada, com o incentivo governamental, a escola precisava desempenhar a função de manter o homem no campo, assim, ao mesmo tempo que os escolanovistas focavam o caráter científico na educação, o governo utilizava como instrumento de controle social, se pautando mais na pedagogia Tradicional.

O fato é que o movimento escolanovista encontrou grandes barreiras para adentrar a educação do Estado, pois, “como a precariedade das escolas, a inadequada formação de professores e, até mesmo, as finalidades educativas que se distanciavam de concentrar-se no desenvolvimento intelectual e concentravam-se na formação de mão de obra” (PORTELA, 2014, p.63).

Outro ponto que limitou a expansão da escola Nova no Paraná foi o fato de que a formação dos pedagogos, que formariam os professores do ensino primário era caracterizada por “uma concepção mais tradicional que não privilegiava ideias renovadoras” (MIGUEL e VIEIRA, 2005, p. 7), pois muitos dos professores em nível superior eram seminaristas ou sacerdotes da Igreja Católica.

Para combater as novas ideias pedagógicas que ganharam espaço na educação brasileira, os intelectuais da pedagogia Tradicional se mobilizaram em duas frentes,

a pressão para o reestabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e a difusão de seu ideário pedagógico mediante a publicação de livros e artigos em revistas e jornais, em especial, na forma de livros didáticos para uso nas próprias escolas públicas assim como na formação de professores, para o que ela dispunha de suas próprias Escolas Normais (SAVIANI, 2008, p. 179-180).

No entendimento de Gramsci, a escola Nova era uma “fase romântica da escola ativa”. Apesar de reconhecer a importância da escola nova para superar “a escola mecânica jesuítica”, ele entendia como “necessário entrar na fase clássica, racional, encontrando nos fins a atingir a fonte natural para elaborar os métodos e as formas” (GRAMSCI, 2001, p. 39).

No início da década de 1930 existiu um certo equilíbrio entre a pedagogia Tradicional e a pedagogia Nova na educação brasileira. No final do ano de 1930 foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública, sendo nomeado como ministro Francisco Campos, um simpatizante do movimento da escola Nova, no entanto, no dia 30 de abril de 1931, ele próprio baixou o Decreto nº 19.941, pelo qual, ficou reestabelecido o ensino religioso nas escolas públicas, uma bandeira dos intelectuais da pedagogia tradicional.

A aprovação da volta do ensino religioso nas escolas públicas, gerou um grande conflito entre os intelectuais das diferentes pedagogias. Segundo Saviani, até 1931 eles participavam, lado a lado, na Associação Brasileira de Educação (ABE) Além disso, a Igreja Católica exercia forte influência no governo de Getúlio Vargas e “já estava contemplada no projeto de hegemonia da burguesia industrial” (2008, p. 196-197).

Em 1932, teve a divulgação do principal documento formulado pelos intelectuais da Escola Nova, O Manifesto dos Pioneiros, assinado por 26 professores, entre eles, Lourenço Filho, que defendia a ideia da psicologia aplicada na educação, com a publicação de várias obras, Anísio Teixeira, o qual trabalhou com o objetivo de elaborar um “projeto de construção da educação pública brasileira” (SAVIANI, 2008, p. 224) e Fernando de Azevedo, considerado por Saviani “o principal divulgador e apologeta do movimento da Escola Nova no Brasil” (2008, p. 210).

No Paraná, em 1932, foi elaborado o regimento interno dos grupos escolares e o programa de ensino para as escolas isoladas, em ambos os documentos foi possível perceber a superioridade das propostas da pedagogia Tradicional na elaboração do currículo escolar para o ensino primário do Estado.

A nível de Brasil, com a divulgação do Manifesto, que propôs o ensino laico e gratuito, os intelectuais católicos, defensores da Pedagogia Tradicional se retiraram da

ABE e fundaram, “em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação” (SAVIANI, 2008, p. 256).

Segundo Saviani, em grande parte da década de 1930, “as ideias pedagógicas no Brasil foram marcadas por um equilíbrio entre a pedagogia tradicional, representada predominantemente pelos católicos e a pedagogia nova” (2008, p. 271). Já na década de 1940 ficou visível a superioridade da pedagogia Nova, tanto em nível nacional, como estadual, conforme mostraremos no tópico seguinte.

### **3 A INFLUÊNCIA DA PEDAGOGIA TRADICIONAL E NOVA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES DO PARANÁ DÉCADAS DE 1930 E 1940**

Em 1932 foi posto em execução o Programa de Ensino para as Escolas Isoladas do Estado, pelo decreto 1873, de 29 de julho. No mesmo dia também passou a ser executado o novo Regimento Interno e Programa de Ensino dos Grupos Escolares do Paraná, pelo Decreto nº 1.874. trata-se de dois documentos fundamentais para se entender a organização escolar do Estado e os princípios norteadores do currículo executado a partir de então.

Em 1934, no Paraná havia 1.121 escolas isoladas e 49 grupos escolares. As escolas isoladas estavam situadas, majoritariamente em pequenas cidades e comunidades rurais, ou seja, havia uma predominância da escola rural na época (Santi, 2021, p. 110).

O Programa para Escolas Isoladas de Instrução Primária do Estado, instituído pelo Decreto nº 1873, definiu que nas escolas isoladas o período de duração do curso primário era de três anos, composto pela 1ª série, 2ª série e 3ª série. Era uma espécie de escola multisseriada, com apenas um professor para reger as três séries em uma mesma sala e ao mesmo horário.

O documento foi apresentado como um modelo curricular, prevendo os conteúdos a serem seguidos pelo professor em cada série e disciplina, com pouquíssimas orientações metodológicas para o professor. O documento traz um quadro síntese apresentando o currículo proposto para as escolas, com sua distribuição diária e semanal. As disciplinas que aparecem sublinhadas, são aquelas, em que o professor deveria atuar diretamente com os alunos, enquanto as demais, deveriam ser trabalhadas silenciosamente pelos alunos, sob a vigilância do professor.

Quadro 1. Horária das atividades diárias e semanal, manhã e tarde, previstas para as escolas públicas isoladas do Paraná pelo Decreto 1873 de 1932.

Horário das escolas públicas isoladas do Paraná (1932).

HORAS	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	HORAS
Das 12 às 12,5	CANTO E CHAMADA	CANTO E CHAMADA	CANTO E CHAMADA	CANTO E CHAMADA	CANTO E CHAMADA	CANTO E CHAMADA	Das 8 às 8,5
Das 12,5 às 13,30	Leitura no quadro negro 1ª série Leitura mental 2ª série Aritmética 3ª série	Leitura no quadro negro 1ª série Leitura mental 2ª série Aritmética 3ª série	Leitura no quadro negro 1ª série Leitura mental 2ª série Aritmética 3ª série	Leitura no quadro negro 1ª série Leitura mental 2ª série Aritmética 3ª série	Leitura no quadro negro 1ª série Leitura mental 2ª série Aritmética 3ª série	Leitura no quadro negro 1ª série Leitura mental 2ª série Aritmética 3ª série	Das 8,5 às 9,30
Das 13,30 às 14	Leitura 2ª série Leitura mental 3ª série Cópia de lição 1ª série	Leitura 2ª série Leitura mental 3ª série Cópia de lição 1ª série	Leitura 2ª série Leitura mental 3ª série Cópia de lição 1ª série	Leitura 2ª série Leitura mental 3ª série Cópia de lição 1ª série	Leitura 2ª série Leitura mental 3ª série Cópia de lição 1ª série	Leitura 2ª série Leitura mental 3ª série Cópia de lição 1ª série	Das 9,30 às 10
Das 14 às 14,30	Leitura 3ª série Aritmética 2ª série Cópia de números 1ª série	Leitura 3ª série Aritmética 2ª série Cópia de números 1ª série	Leitura 3ª série Aritmética 2ª série Cópia de números 1ª série	Leitura 3ª série Aritmética 2ª série Cópia de números 1ª série	Leitura 3ª série Aritmética 2ª série Cópia de números 1ª série	Leitura 3ª série Aritmética 2ª série Cópia de números 1ª série	Das 10,30 às 11,5
Das 14,30 às 15	Geografia 1ª série Cálculos 2ª e 3ª série	Geografia 2ª série Cópia de lição 1ª série Língua escrita 3ª série	Geografia 3ª série Cópia de lição 1ª série Língua escrita 2ª série	Geografia 1ª série Língua escrita 2ª e 3ª série	Geografia 2ª série Cópia de lição 1ª série Cálculos 3ª série	Geografia 3ª série Cálculos 1ª e 2ª série	Das 11,5 às 12,30
Das 15,30 às 16,30	Ciências físicas e naturais 1ª série	História do Brasil 1ª série	História do Brasil 3ª série	Caligrafia para todas as séries	História do Brasil 3ª série	História do Brasil 1ª série	Das 12,30 às 13,30
	série Caligrafia 2ª e 3ª série	Caligrafia 2ª e 3ª série	Cálculos 1ª e 2ª série		Caligrafia 1ª e 2ª séries	Caligrafia 2ª e 3ª série	
Das 14,20 às 14,35	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO	Das 10,20 às 10,35
Das 14,35 às 15,5	Aritmética 3ª série Leitura mental 2ª série Cópia 1ª série	Aritmética 1ª série Leitura mental 3ª série Cópia da lição 2ª série	Ditado 3ª série Leitura mental 1ª série Aritmética 2ª série	Aritmética 2ª série Leitura mental 3ª série Cópia de lição 1ª série	Ditado 2ª série Leitura mental 1ª série Aritmética 3ª série	Ditado 1ª série Leitura mental 2ª série Aritmética 3ª série	Das 11,5 às 12,10
Das 15,5 às 16,45	Descrição ou composição 2ª e 3ª séries Cálculos 1ª série	Língua escrita 1ª série História do Brasil 2ª série Trabalhos 3ª série	Língua escrita 2ª e 3ª séries Cópia de lição 1ª série	Língua escrita 1ª série História do Brasil 2ª série Cálculos 3ª série	Língua escrita 2ª e 3ª séries Leit. suplementar 1ª série	História do Brasil 3ª série Língua escrita 1ª série Cópia de lição 2ª série	Das 12,10 às 12,30
Das 16,45 às 17,10	Educação moral e cívica para todas as séries	Trabalhos manuais para todas as séries	Ciências físicas e naturais 2ª e 3ª séries Leitura mental 1ª série	Aritmética 3ª série Cálculos 1ª e 2ª séries	Trabalhos manuais para todas as séries	Aritmética 3ª série Cálculos para 1ª e 2ª séries	Das 12,30 às 13,30
Das 17,10 às 18,30	Desenho para todas as séries	Ciências físicas e naturais para todas as séries	Cartografia para todas as séries	Conta para todas as séries	Ginástica para todas as séries	Desenho para todas as séries	Das 13,30 às 14,30

Fonte: PARANÁ. Decreto 1873, de 1932.

Fica claro pelo quadro acima, a rigidez nos horários<sup>1</sup> e atividades propostas, levando a uma completa falta de autonomia do professor e dos próprios alunos, não permitindo espaço para a criatividade.

<sup>1</sup> Conforme previa o artigo 32, do Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1932, o calendário escolar iniciava em 15 de fevereiro e ia até 30 de novembro, sendo reservado de 1 a 15 de dezembro para exames. Havia dois períodos de férias de 16 de dezembro a 14 de fevereiro e de 15 a 30 de junho. As aulas ocorriam de segunda a sábado, sendo recesso nos domingos, nos feriados nacionais e estaduais, na segunda e terça de Carnaval, na quinta, sexta e sábado da Semana Santa e nos sábados determinados para reuniões pedagógicas. Essa mesma regra era aplicada nas escolas isoladas, conforme indicado no quadro de horários para as escolas isoladas (PARANÁ, Decreto n. 1874 de 1932).



O programa educativo para estas escolas continha características da pedagogia Tradicional, como cópias, descrições de objetos e animais, ditados e reprodução escrita, o documento incluía a educação moral e cívica. Vejamos alguns exemplos de orientação aos professores. “Corrigir os defeitos de pronúncia dos alunos e habituá-los a responderem clara e corretamente. Dar-se-á aos alunos a cartilha ‘Ensino Rápido’ depois de estudadas no quadro negro as primeiras lições de caracteres manuscritos”. Em outra passagem encontramos: “a fim de exercitar e corrigir os alunos, fará com que estes reproduzam as narrações ou descrições anteriormente feitas pelo professor” (PARANÁ. Decreto 1873 de 1932).

O programa previa como conteúdo obrigatório a educação moral e cívica, por isso, era “obrigatório o canto dos hinos: Nacional e da Bandeira”, como atividade cotidiana nas escolas. O documento estabelecia como proibição ao professor: “omitir pontos do programa ou alterar a ordem em que se acham dispostos; alterar a distribuição do tempo e das matérias” (PARANÁ. Decreto 1873 de 1932).

Como já indicado, no mesmo dia foi publicado o Decreto 1874 que baixo o Regimento Interno e o Programa de Ensino dos Grupos Escolares. Esse documento se apresentou de forma bem mais orgânica, contendo 80 artigos, que disciplinavam, a organização das escolas, o currículo escolar, deveres e proibições aos professores, deveres e proibições aos alunos, normas de controle, avaliações entre outros, além do programa educacional e o horário de aulas semanais que deveriam ser cumpridos pelos alunos de cada ano em específico. O Regimento dos Grupos Escolares também era utilizado para diversas situações que envolviam a atuação dos professores das escolas isoladas. Por isso, vamos nos deter de forma mais detalhada nas suas prescrições.

Os art. 1 e 2 apresentaram especificações da estrutura dos grupos escolares, definindo-os em res categorias: de 4 a 7, de 8 a 14 e de 15 ou mais classes. As classes poderiam ter até 45 alunos, mas não menos que 30, exceto na 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> classes.

Dos artigos 4 ao 13, o Regimento trata das atribuições e deveres e proibições dos diretores, professores, porteiros, serventes. Já o art. 14, abordou as penas possíveis de serem aplicadas aos alunos pelo diretor, entre elas, advertência, repreensão, privação de recreio, nota má ou péssima no livro de chamada, suspensão até 15 dias e eliminação. Do art. 20 ao 24, sobre as penas possíveis de serem aplicadas aos alunos pelo professor, entre elas, advertência, repreensão, privação de recreio e nota má ou péssima no livro de chamada. Do art. 25 ao 31, se referiu aos alunos, deveres, entre eles, comparecer em festas cívicas, proibições, elogios e prêmios escolares.

Os art. 32 e 33, apresentaram definições relacionadas ao ano letivo, do 34 ao 37, foram abordadas questões referentes as festas e comemorações escolares, o art. 38, tratou sobre as exposições escolares. Do 39 ao 47 foram tratados assuntos da matrícula e da frequência e o art. 48, versou sobre as transferências dos alunos.

Do art. 49 ao 51, o documento tratou das táticas escolares incluindo as regras disciplinares nos horários de entrada, no horário do recreio e na saída da aula, ainda no art. 49, ficou especificado que no matutino as aulas iniciariam as 8 horas e no período vespertinos, as 12:30 horas, o art. 51 definiu os horários de término das aulas, matutino 12:00 horas e vespertino 16:30.

Os art. 52 e 53 especificaram os modelos de avaliações a serem aplicadas aos alunos, já dos art. 54 ao 57, o tema foi sobre os livros de escrituração, a biblioteca escolar e os arquivos, do art. 58 ao 61, o documento se referiu aos caixas escolares e do 62 ao 80 foram as disposições gerais.

Na sequência, das páginas 35 a 63, trouxe detalhadamente o programa de cada série, descrevendo o conteúdo e as atividades a serem desenvolvidas em cada uma das disciplinas pelos professores das respectivas séries. Ao final, o documento apresentou um quadro com a distribuição dos conteúdos nos dias da semana, com seus respectivos horários a serem seguidos pelos professores. Como exemplo apresentamos o quadro de horários previstos para o primeiro ano no período matutino.

Quadro 2. Horários e atividades diárias e semanais previstos para o primeiro ano, período matutino nos Grupos Escolares do Estado do Paraná a partir de 1932.

Período da manhã							
Divisão do tempo	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SABADO	Duração das aulas
8 às 8,10	Canto Entrada Chamada	Canto Entrada Chamada	Canto Entrada Chamada	Canto Entrada Chamada	Canto Entrada Chamada	Canto Entrada Chamada	10
8,10 às 8,35	Leitura A Cópia B. C.	Leitura A Cópia B. C.	Leitura A Cópia B. C.	Leitura A Cópia B. C.	Leitura A Cópia B. C.	Leitura A Cópia B. C.	25
8,35 às 9	Leitura B Cópia A Form. Sent. C.	Leitura B Cópia A Form. Sent. C.	Leitura B Cópia A Form. Sent. C.	Leitura B Cópia A Form. Sent. C.	Leitura B Cópia A Form. Sent. C.	Leitura B Cópia A Form. Sent. C.	25
9 às 9,25	Leitura C Cópia de n.ºs A. B.	Leitura C Cópia de n.ºs A. B.	Leitura C Cópia de n.ºs A. B.	Leitura C Cópia de n.ºs A. B.	Leitura C Cópia de n.ºs A. B.	Leitura C Cópia de n.ºs A. B.	25
9,25 às 9,45	Calculo Concreto A. B. Calc. Escrit. C.	Calculo Concreto A. B. Calc. Escrit. C.	Calculo Concreto A. B. Calc. Escrit. C.	Calculo Concreto A. B. Calc. Escrit. C.	Calculo Concreto A. B. Calc. Escrit. C.	Calculo Concreto A. B. Calc. Escrit. C.	20
9,45 às 10	Ciencias Fisicas e Naturais	Higiene	Instrução Moral e Civica	Ciencias Fisicas e Naturais	Higiene	Instrução Moral e Civica	15
10 às 10,15	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	15
10,15 às 10,35	Calculo oral A. B. C.	Calculo oral A. B. C.	Calculo oral A. B. C.	Calculo oral A. B. C.	Calculo oral A. B. C.	Calculo oral A. B. C.	20
10,35 às 10,55	Geografia	Historia	Geografia	Historia	Geografia	Historia	20
10,55 às 11,10	Leitura A Cópia B Reprodução C.	Leitura B Cópia A Reprodução C.	Leitura C Cópia A. B.	Leitura A Cópia B Reprodução C.	Leitura B Cópia A Reprodução C.	Leitura C Cópia A. B.	15
11,10 às 11,30	Caligrafia	Caligrafia	Desenho	Caligrafia	Caligrafia	Desenho	20
11,30 às 11,55	Ginastica e jogos	Trabalhos Manuais	Canto	Ginastica e jogos	Trabalhos Manuais	Canto	25

**OBSERVAÇÕES:**

1. Os cantos diários para o início das aulas deverão ser feitos em conjunto e no pátio de recreio.

2. As aulas de reprodução na classe C. serão substituídas por exercícios de cópia, enquanto a mesma não estiver ao alcance de qualquer trabalho.

PARANÁ. Decreto 1874 de 1932, p. 64.

Percebe-se nesta parte do documento o caráter controlador que a instituição escolar deveria desempenhar, advindo da parte do governo e da escola tradicional, já que a pedagogia nova, ainda estava em sua fase inicial no Estado do Paraná, como apontaram Ribeiro e Vieira (2019).

Na parte do currículo escolar, que o documento apresentou, ficou evidente a forte influência da pedagogia Tradicional, para a 1ª série incluía exercícios de ditado, reprodução, cópias de palavras, cópia de algarismos, cópia de sentenças e “cópia dos desenhos de frutas, objetos etc. feitos no quadro negro, pelo professor (1932, p. 42). Para a 2ª série o documento voltou a apresentar os exercícios de cópia e reprodução, para a 3ª série incluiu reprodução de contos morais e cívicos e descrição de paisagens.

Ambos os programas educativos expressam a linha de pensamento da pedagogia Tradicional, tanto o programa dos grupos escolares, com a mecanização de cópias e reprodução, quanto o programa das escolas isoladas, que seguia na mesma direção.

Já os intelectuais da escola Nova buscavam ampliar seus espaços a partir de outros meios, um destes intelectuais, o professor Raul Gomes, que atuou no sentido de combater o analfabetismo e na criação de bibliotecas no estado e chegou a doar “cerca de 30.000 livros, entre esses, cerca de 200 obras foram destinadas para a faculdade de Direito de Ponta Grossa” (SOUZA, 2012, p. 7).

No decorrer da década de 1930, o movimento da Escola Nova se fortaleceu no Estado do Paraná, como já exposto anteriormente. Segundo Felisberto, o governo paranaense passou a adotar uma postura favorável ao ideário da Pedagogia Nova, em uma perspectiva mais democrática da educação, além disso, o governo buscava pôr em prática algumas ações neste sentido, como “a reforma dos programas escolares, a liberdade didática aos professores, a criação de associações escolares, a divulgação de novos métodos escolares” (2019, p. 83).

Segundo Ribeiro e Vieira (2019), aproveitando esta abertura, por parte do governo do Estado, um grupo de intelectuais, representantes da Pedagogia Nova, recorreu ao Interventor Federal, Manoel Ribas, com o objetivo de obter apoio financeiro para a construção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná.

O apoio foi concedido e no ano de 1938 ocorreu a fundação da faculdade que “representava uma possibilidade de aprofundar conhecimentos científicos advindos da Sociologia, da Biologia e da Psicologia em prol da educação na formação de professores” (RIBEIRO e VIEIRA, 2019, p. 210).

A fundação da faculdade foi uma grande conquista para a educação paranaense e fundamental para a “consolidação dos ideais escolanovistas no Paraná”, uma nova perspectiva curricular na formação de professores, (RIBEIRO e VIEIRA, 2019, p. 210).

Segundo Felisberto, a partir de 1938 ocorreram significativas transformações na formação de professores, o que marcou “o início da consolidação das ideias da Pedagogia da Escola Nova no Paraná”, que adentrou a década de 1940, (2019, p. 85).

A escola Nova seguiu exercendo sua influência nas políticas educacionais e na educação paranaense e no ano de 1946, ficou visível a sua superioridade no currículo escolar proposto pela Lei Orgânica do Ensino Primário, expedida pelo Decreto-Lei n. 435, de 26 de janeiro de 1946. O documento foi elaborado com 49 artigos, do 1 ao 4, tratou das finalidades do ensino primário e de seus cursos, com destaque para a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário no Estado.

O currículo escolar foi especificado nos arts. 9, 10 e 11, no art. 9, ficou definido o currículo do curso primário elementar, com duração de 4 anos, no art. 10, o currículo do curso primário complementar, com duração de 1 ano e no art. 11, o currículo do curso supletivo, com duração de 2 anos, conforme as disciplinas e currículo indicados no quadro abaixo.

Quadro 3. Currículo Escolar do Ensino Primário do Paraná Ano de 1946

Ensino Primário Elementar	Ensino Primário Complementar	Ensino Supletivo
I – Leitura e linguagem oral e escrita	I – Leitura e linguagem oral e escrita	I – Leitura e linguagem oral e escrita
II – Iniciação matemática	II – Aritmética e geometria	II – Aritmética e geometria
III – Geografia e História do Brasil	III – Geografia e História do Brasil e noções de Geografia geral e História da América	III – Geografia e História do Brasil
IV – Conhecimentos gerais aplicados a vida social, a educação visando a saúde e trabalho	IV – Ciências naturais e higiene	IV – Ciências naturais e higiene
V – Desenho e trabalhos manuais	V – Conhecimento das atividades econômicas da região	V – Noções de direito usual (Legislação do Trabalho, obrigação da vida civil e militar)
VI – Canto Orfeônico	VI – Desenho	VI – Desenho
VII – Educação Física	VII – Trabalhos manuais e práticas educativas referentes as atividades econômicas da região	VII – Noções de economia doméstica e puericultura, para alunas do sexo feminino
	VIII – Canto Orfeônico	
	IX – Educação Física	
	X – Noções de economia doméstica e puericultura, para alunas do sexo feminino	

Fonte: PARANÁ. Decreto-Lei n. 435 de 1946

Neste currículo é possível perceber uma significativa diferença em relação ao currículo destinado para as escolas isoladas do Paraná no início da década de 1930. Esta diferença se deu devido a disputa que existia entre as diferentes pedagogias. A pedagogia Tradicional, com uma proposta de um controle social rigoroso e a pedagogia Nova, já com uma abertura que possibilitava a autonomia dos sujeitos envolvidos no ensino escolar.

Além do currículo, a Lei apresentou orientação para o ensino primário, entre estas a de que o ensino deveria ser “baseado na experiência e na capacidade criadora do aluno”, e deveria “atender aos interesses peculiares à infância, num sentido de estímulo, expansão e socialização com reconhecimento das aptidões dos alunos” (PARANÁ, 1946).

Assim, a partir de 1946 a proposta de ensino no Paraná apresentou uma nova perspectiva, superando o rigoroso controle proposto pela pedagogia Tradicional até então.

#### **4 CONCLUSÃO**

Nesta pequena reflexão foi possível perceber que até o início da década de 1930 predominou a Pedagogia Tradicional no Estado do Paraná. Apesar do esforço de alguns intelectuais em buscar um modelo novo para a educação no Paraná, o Regimento Interno dos Grupos Escolares e o programa das escolas isoladas de instrução primária do Estado, ambos de 1932, expressaram a busca por um controle rigoroso, tanto dos alunos quanto dos professores, característica da pedagogia Tradicional.

No decorrer da década de 1930 a Pedagogia Nova avançou significativamente no Paraná, influenciada pelos avanços, que ocorriam a nível nacional, assim, já na década de 1940 a situação se inverteu e em 1946, o novo currículo proposto para o ensino primário do Paraná já previa um ensino voltado a atender as características da infância, com possibilidade de autonomia para os estudantes e professores.

O currículo proposto para o ensino primário do Estado naquele ano, apresentou características bem diferente das características presentes nos currículos anteriores, a busca excessiva por controle dos professores e alunos desapareceu. Já no final da década de 1940, o predomínio da Pedagogia Nova aumentou criando condições para a expansão da educação no Estado, principalmente das escolas normais, ampliando a formação de professores, e, conseqüentemente, o próprio ensino primário, que começava a tomar outras características em seus programas escolares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931c. **Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal.** Rio de Janeiro: Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/5/1931, Página 7191 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-norma-pe.html>.

FELISBERTO, Lidiane Gomes dos Santos. **A pedagogia da Escola Nova e a concepção de concreto: o ensino dos saberes elementares matemáticos no Paraná (1920-1960).** 2019. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba/PR, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.** Cadernos do cárcere v. 2: Trad. Carlos Nelson Colinho. Rio de Janeiro. 2ª ed. Civilização brasileira. (2001).

GHIRALDELLI, Junior Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira.** 1ª ed. Barueri, SP: Manole. (2003).

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck e VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **A Escola Nova no Paraná: Avanços e contradições.** Curitiba. Revista Diálogo Educacional, v. 5, n. 14, p. 93-100. (2005).

PARANÁ. Decreto n. 1874 de 29 de julho de 1932. **Regimento interno e programa para grupos escolares.** Curitiba: Irmãos Guimarães & Cia, 1932.

PARANÁ. Decreto n. 1873 de 29 de novembro de 1932. **Programa das escolas isoladas de instrução primária do Estado.** Curitiba. Diário oficial do Estado, ano III, p. 334, 1932.

PARANÁ. Decreto nº 435 de 26 de janeiro de 1946. **Regulariza o ensino primário público no Estado.** Disponível no diário oficial do Paraná de 1946.

PORTELA, Mariliza Simonete. **As cartas de Parker na matemática da escola primária na primeira metade do século XX: circulação e apropriação de um dispositivo didático.** 2014. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba/PR, 2014.

RIBEIRO, Alexandra Ferreira Martins e VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **Intelectuais paranaenses e a Escola Nova, durante a Era Vargas (1930-1945).** Campo Grande. MS. Série-Estudos. v. 24, n. 50, p. 129-217. (2019).

SANTI, Denize Naiara. **A institucionalização da escola rural no Paraná entre 1915 e 1946 e a atuação dos inspetores.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá centro de ciências humanas, letras e artes programa de pós-graduação área de concentração: Educação, 2021.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SOUZA, Elieser Felix de. **Trajetória e discursos educativos do jornalista e professor Raul Rodrigues Gomes na imprensa paranaense (1907-1975).** In: IX AMPED SUL. Seminário de pesquisa em educação da região Sul, 2012.